

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Legislativo pede investimentos em educação ambiental

Proposta foi a principal abordagem da palestra do deputado do Estado Livre da Saxônia, Johannes Gerlach, promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente em parceria com o Instituto Ideal.

Segundo Gerlach, a consciência sobre a questão ambiental só começou a se elevar na Alemanha há 30 anos, quando o país passou a investir em educação específica.



Eduardo Guedes de Oliveira

Gerlach: é preciso engajamento

Página 9

Câmara Federal mantém reforma política em pauta

Um requerimento assinado no dia 9 por deputados do PSDB, PTB, DEM, PR e PT, aprovado pela Câmara Federal, solicitou a retirada de pauta do Projeto de Lei que trata da reforma política. Também foi retirado o Projeto de Lei Complementar que institui a fidelidade partidária. A justificativa dos parlamentares é que a proposta está incompleta.

Assim, ficou para a próxima semana a análise final e votação da refirma política. Mas, ainda que o assunto venha sendo exaustivamente tratado, muitos ainda têm dúvidas sobre o que vai mudar de fato.

O cientista político Eduardo Guerini afirma que a reforma é natural no processo de transição democrática como o que vivemos no Brasil. Mas faz um alerta: "A solução proposta pelos representantes populares afastou-se dos anseios da sociedade, sejam trabalhadores ou empresários, classes subalternas ou elites".



Alberto Neves

Páginas 6 e 7

Eleitores ainda não se habituaram como termos como lista preordenada e cláusula de barreira

Aquecimento global será tema de palestra de Amyr Klink

A quarta palestra do programa *O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa* será com o navegador Amyr Klink. Determinação e disciplina são apenas dois valores que considera essenciais em suas viagens e que ensina nos eventos que realiza pelo país.

A palestra acontece no dia 15, às 19 horas, no Auditório Antonieta de Barros.

Página 8

Trâmite de medidas provisórias divide deputados



Eduardo Guedes de Oliveira

Na votação, apenas deputados da base de apoio permaneceram em Plenário

As medidas provisórias (MPs) 135 e 137/07, de origem governamental, foram motivo de forte embate entre as bancadas de base e de oposição.

Elas tratam de mudanças nas regras do Prodec, Fadesc, Pró-Emprego e SC Parcerias. O objetivo do governo é ampliar as condições de desenvolvimento do estado.

A maior crítica dos opositores foi quanto ao curto prazo para análise das matérias, o que impediu debates mais aprofundados e apresentação de emendas.

Página 10

ENTREVISTA

Jailson Lima
preside Comissão de Legislação Participativa e quer envolvimento de câmaras municipais

Página 4

OPINIÃO

Falta explicar à sociedade

As recentes prisões e deportações para Cuba dos pugilistas Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara merecem profunda reflexão sobre atos que envolvem a atual diplomacia e o posicionamento do governo brasileiro sobre direitos humanos. Boxeadores que abandonaram o Pan do Rio às vésperas de competir, considerados traidores pelo ditador Fidel Castro, que os tachou de mercenários, os dois foram presos e repatriados em 48 horas, num rito sumário que merece explicações à sociedade.

Ídolos nacionais cubanos, os atletas foram localizados com o apoio da inteligência policial brasileira e detidos por não portarem passaporte. Teriam manifestado o desejo de retornar a Cuba, mas não há informação que entidades como a OAB, Anistia Internacional ou o Comissariado dos Direitos Humanos tenham acompanhado os seus depoimentos e a consequente deportação.

Há pouco, o pedófilo Rafael

Trujillo ficou cerca de dois meses aguardando transferência para o Chile, embora reconhecido como um criminoso da pior espécie. Já os boxeadores cubanos chegaram domingo a Havana com a promessa de não serem presos, mas foram transferidos, conforme sutileza do discurso da ditadura local para "casas especiais" onde até poderão ser visitados por familiares. Segundo Fidel, futuramente lhes serão oferecidas "tarefas decorosas em favor do esporte". Mas, ninguém em sã consciência acredita que tenham chance de voltar a competir no exterior.

O Brasil ainda lembra o período do regime militar, que obrigou lideranças como Brizola, Jango, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Zé Dirceu, Genoíno e tantos outros, como os catarinenses Vilson Rosalino e Derlei De Luca a buscar exílio para escapar da ditadura e seus cruéis métodos de perseguição. E nem ditaduras como a de Bordaberry no Uruguai ou de Pinochet no Chile repatriaram brasileiros exilados.

Em períodos críticos dos anos 70, em episódios tais como da Operação Condor em Porto Alegre, que resultou nas prisões dos ativistas políticos Lilian Celiberti, Universindo Dias e dois filhos menores, devolvidos à repressão uruguaia, ainda assim a sociedade buscou mobilização. A ministra Dilma Roussef, à época também militante clandestina, bem soube o que era ser adversária de um regime não democrático.

Agora, o governo brasileiro é complacente com Cuba, afaga a ditadura e entrega dois jovens atletas à própria sorte. Olga Benário deve estar se remexendo no túmulo. Quando foi deportada aos campos de concentração nazistas, nos anos 30, a alemã teve seu destino selado num acordo entre duas ditaduras. Na atual situação o entendimento ocorreu em um outro Brasil, democrático, motivo pelo qual o governo Lula deve explicações à sociedade.

Deputado Elizeu Matos (PMDB)

Palestras educativas contra dependências químicas

Apresentamos um projeto de lei, autorizando o poder executivo a implantar nas escolas, ciclo de palestras educativas contra a dependência de nicotina, álcool e outras drogas nocivas à saúde física e mental. A questão das drogas, esse mal secular que vem ceifando vidas e destruindo famílias inteiras, exige ações constantes da sociedade. Para se ter uma idéia desse tumor social, apenas no Brasil 11,2% sofre com o alcoolismo.

A propósito, o alcoolismo, além dos malefícios à saúde, é responsável pelos altos índices de violência. Estão aí para conferir os registros diários de assassinatos, agressões físicas e acidentes de trânsito. Pesquisas indicam que a maior parte dos dependentes químicos se iniciou no vício na juventude. No alcoolismo, a iniciação no vício dá-se, antes dos 15 anos. Por isso é elementar que fiquemos muito atentos com

a questão do alcoolismo, pois ela é a porta de entrada para a desgraça de gerações e gerações.

Um estudo publicado na revista inglesa the lancet determinou um ranking das drogas mais nocivas à saúde física e mental. Para tanto considerou três critérios para demarcar o malefício, quais sejam, o grau de danos ao organismo, a capacidade de induzir dependência e o impacto do vício na vida social do indivíduo. Por outro lado, frise-se que um salto considerável foi dado no tratamento contra a dependência quando se passou a considerar esses vícios como um distúrbio cerebral e não uma doença da alma ou uma fraqueza de caráter.

Um dos grandes problemas a serem solucionados nessa cruzada contra o vício das drogas está na equação "vício x (versus) recuperação", eis que não raro a luta contra o vício costuma ser marcada por

recaídas e fracassos, motivo pelo qual é mister se implante nas escolas mecanismos eficazes de conscientização. Durante a adolescência, o cérebro é alvo de mudanças drásticas. E é nessa fase que os jovens tornam-se vulneráveis ao vício, pois estão mais propensos a optar por decisões erradas, como experimentar drogas e continuar a abusar delas.

Além disso, o uso de substâncias químicas nesse momento de desenvolvimento tende a impactar de maneira profunda e duradoura o funcionamento cerebral. Enfim, esse problema das drogas ainda está longe de ser solucionado, mas nem por isso podemos refugar qualquer tipo de antídoto, por mais paliativo que possa parecer sua compleição.

Deputado Professor Sérgio Grandó (PPS)

Legislativo cria comissão para conservação do espaço

Conforto e estética. São estes os objetivos da Comissão de Conservação, Ambientação e Visualização, criada por um ato da Mesa da Assembléia Legislativa por solicitação do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM). A comissão tem como meta a preservação, a visualização ambiental da Assembléia Legislativa e a padronização dos uniformes.

Segundo o diretor Jerônimo Lopes, que coordena a comissão, a idéia é atuar de maneira preventiva nos ambientes e promover a hu-

manização do espaço físico. "Essa comissão foi fruto da preocupação de todos nós. Queremos proporcionar conforto a todos os visitantes e servidores, que merecem trabalhar num ambiente agradável", disse.

Entre as medidas já implantadas está a colocação de placas indicativas de cada setor. As próximas ações previstas são a melhoria do paisagismo e a produção e distribuição de crachás. A partir deste mês todos os servidores da Casa, incluindo terceirizados e estagiários, terão que usar a nova identificação.

Sugestões podem ser encaminhadas pelo email: comissaoconservacao@alesc.sc.gov.br

[AGENDA]

• **14 de agosto, 18 horas:** - Escola do Legislativo – Seminário "Família, Escola e Cidadania – Quais os caminhos?"

Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

• **15 de agosto, 8 horas:** Lançamento da Efapi (Chapecó)

Local: Hall da AL

• **15 de agosto, 9 horas:** Comissão de Finanças – Audiência pública para analisar a Lei Complementar nº 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **15 de agosto, 19 horas:** Fórum Permanente pela Reestatização da Companhia Vale do Rio Doce

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **Dia 15, 19 horas:** Brasil em debate - Amyr Klink

Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

• **Dia 17, 8h30min:** Audiência pública para debater o impacto financeiro causado pela má construção dos edifícios hospitalares.

Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

Errata

Na página 4 da edição nº 263 do *AL Notícias*, na entrevista com o Deputado Reno Caramori (PP), presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, afirmamos que o deputado é natural de Presidente Getúlio (SC). A cidade natal de Caramori, no entanto, é Getúlio Vargas, região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Andréa Leonora e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Ivo Silveira deixou a marca da coerência na política

Eduardo Guedes de Oliveira



Silveira sempre foi apontado como exemplo de homem público

Um capítulo na história de SC

Natural de Palhoça, na Grande Florianópolis, Ivo Silveira nasceu em 26 de março de 1918 como único homem entre os cinco filhos do casal Vicente Silveira de Souza e Lídia Sanseverino Silveira. Iniciou sua vida na administração pública em junho de 1940, quando foi nomeado adjunto de promotor público da Comarca de Palhoça por Nereu Ramos. Mais tarde ajudou a fundar o PSD.

Formou-se advogado em 1945 pela Faculdade de Direito de Santa Catarina. No ano seguinte, foi nomeado prefeito de Palhoça e em 1947 foi eleito prefeito do município. Em 1950 candidatou-se e se elegeu deputado estadual com 5.553 votos. Reelegeu-se outras três vezes, em 1954, 1958 e 1962. Nesse período foi três vezes presidente da Assembleia Legislativa, vice-líder e líder da oposição, presidindo várias comissões técnicas da Casa.

Em 1965, com 328.480 votos, Ivo Silveira foi eleito como 18º governador do período republicano de Santa Catarina. Desde 1973 estava aposentado como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Realizador

Com o slogan "Paz e Prosperidade", o ex-governador Ivo Silveira afirmava que "na desordem e no desentendimento ninguém produz". Por isso, procurava manter um bom relacionamento entre o

Executivo e o Legislativo, comportamento que o consolidou como um administrador harmonioso.

Ele se orgulhava de ter sido o autor do projeto de lei que transformou em municípios Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, Anitápolis, Paulo Lopes e Garopaba, até então distritos de Palhoça.

Em 1956, quando era deputado estadual, um incêndio destruiu o prédio da Assembleia Legislativa, no centro da Capital. Em 1965, como governador, deu início às obras do novo prédio, inaugurado em 14 de dezembro de 1970, o atual Palácio Barriga Verde. "A construção de uma nova sede para o Legislativo era uma promessa de campanha. Como ex-deputado, tinha comigo este grande objetivo. Coloquei a pedra fundamental e abri a porta do prédio", lembrou o ex-governador, em sua última entrevista ao jornal AL Notícias, na edição de 8 de dezembro de 2006.

Sua longa lista de realizações inclui o início das obras da ponte Colombo Salles, a construção da usina hidrelétrica de Campos Novos, a criação e implantação da Companhia de Telecomunicações de Santa Catarina, que deu origem à Telesc, a implantação do Plano Estadual de Educação, pioneiro no Brasil, bem como o prédio da Imprensa Oficial, o da Escola de Polícia, entre outras.

Homenagens de despedida lembraram suas realizações como prefeito de Palhoça, deputado estadual, presidente do Legislativo e governador, e o espírito de harmonia que sempre manteve em sua vida pessoal e política

Poucos sabem, mas enquanto durou seu primeiro mandato de deputado estadual, Ivo Silveira usava ônibus para se deslocar de Palhoça, onde residiu até 1966, a Florianópolis, para as sessões plenárias do Legislativo, no antigo prédio da Praça Pereira Oliveira. "Sou um homem que vim de mim mesmo. Eu não tinha dinheiro para comprar um carro e a viagem durava cerca de uma hora. Passávamos por dentro de São José, o ônibus vinha sempre cheio e eu quase sempre vinha em pé por causa do costume de dar o lugar para as senhoras e os mais velhos."

Esse era Ivo Silveira, um homem que comoveu gerações por sua simplicidade, mas, acima de tudo, por sua coerência. Em entrevista ao Diário Catarinense, veiculada em novembro de 1993, ele afirmou: "No passado havia mais ética na política. Não tinha o desrespeito de hoje. Se você estava na oposição, ficava nela, e era uma oposição construtiva. Predominava o interesse de Santa Catarina."

Na madrugada do dia 2, ele não resistiu à falência múltipla dos órgãos, consequência de um mieloma, e morreu, aos 89 anos, no Hospital de Caridade, na ca-

pital. Políticos de todo o estado, familiares, amigos e populares compareceram às últimas homenagens a Ivo Silveira. O corpo do ex-governador, ex-presidente da Assembleia, ex-deputado estadual e ex-prefeito de Palhoça foi velado no Plenário da Assembleia Legislativa, com honras militares prestadas por cadetes da Academia da Polícia Militar de Santa Catarina.

Na Casa Legislativa, cuja construção começou em 1965, quando Ivo Silveira governava o Estado, autoridades lembraram dos feitos daquele que é considerado um dos mais queridos homens públicos da história catarinense.

Na missa de corpo presente, realizada na igreja Bom Jesus de Nazaré, matriz de Palhoça, a emoção tomou conta de todos. E o prefeito do município, Ronério Heiderscheit (PMDB), resumiu o sentimento: "Palhoça perdeu seu cidadão mais ilustre. Uma perda significativa. Foi ele quem propagou o município para toda Santa Catarina."

Após a missa, o corpo seguiu para o cemitério municipal Bom Jesus de Nazaré onde foi recebido com uma salva de três tiros. Ao final da cerimônia, crianças do CAIC cantaram o hino de Palhoça encerrando as homenagens.

Carlos Kilian



Velório reuniu familiares, amigos e políticos no plenário da Assembleia

"Ivo Silveira era um homem simples, afável, um administrador correto, de vida pública retilínea. Exemplo ímpar de liderança, sempre buscou a conciliação, o que foi evidenciado ao conduzir a Prefeitura de Palhoça, em seus quatro mandatos como deputado estadual e ainda ao presidir a Assembleia Legislativa de Santa Catarina e governar o Estado. Essas são as marcas da querida figura que perdemos e que fica como referência aos homens públicos." **Deputado Julio Garcia (DEM), presidente da Assembleia Legislativa**

"O doutor Ivo Silveira foi um exemplo de político e de homem público, voltado para o bem comum e para as causas coletivas. Foi um homem de grandes dimensões." **Governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB)**

"Ele foi um conciliador. Tinha um perfil que possibilitava aceitar os adversários com naturalidade e habilidade para administrar diferenças. Político de um lado só, nunca mudou de partido e nunca rejeitou amigos. Foi da melhor escola do PSD, uma escola conciliadora. Sempre fez política com coração generoso." **Ex-governador Esperidião Amin (PP)**

"Ele foi um homem que, com sua jovialidade, oxigenava os encontros do nosso partido. Tinha posições centradas, coerentes e as expunha com muita clareza e também com muita humildade. Sua forma de pensar e agir inspirou várias gerações. Uma perda irreparável para Santa Catarina." **Deputado Kennedy Nunes, líder do PP**

"Tenho Ivo Silveira como um homem muito harmonioso, consensual, dedicado e de muita paz. Foi governador em uma época conturbada entre os partidos políticos e conseguiu acomodar os adversários políticos. Era de uma engenharia política muito forte." **Ex-governador Casildo Maldaner (PMDB)**

"Ivo Silveira, homem de moral elevada, deixou um grande legado político. Conseguiu transformar a indústria catarinense com a criação da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) e, com isto, proporcionou o nascimento de grandes empresas." **Ex-governador Jorge Bornhausen (DEM)**

GERAL

Escola promove Educação para Cidadania

Objetivo é estimular maior participação dos jovens na política

Eduardo Guedes de Oliveira



Na primeira palestra, com o cientista político Clovis Nelson, foram abordados assuntos como movimentos sociais

A palestra "O que é Política? A participação do jovem na política", ministrada pelo cientista político Clovis Nelson Pires da Silva, realizada no dia 7, no auditório Antonieta de Barros, iniciou o projeto "Educação para a cidadania: Construindo um novo olhar", coordenado pela Escola do Legislativo e lançado no dia 28 de junho deste ano.

O objetivo da Escola é promover a formação política dos participantes, estudantes dos ensinos fundamental e médio do Instituto Estadual de Educação (IEE), de Florianópolis, e do Colégio Governador Ivo Silveira, da Palhoça, além de professores e interessados.

Definições sobre a política, o surgimento dessa ciência, os momentos importantes da política brasileira e os movimentos

sociais foram os pontos abordados pelo professor. No final da palestra foi apresentado um vídeo sobre como funcionam os três Poderes, as funções primordiais de cada um deles e a estrutura política tanto do Brasil como de outros países.

Para o presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), é muito importante que os alunos participantes do projeto levem-no a sério. "A democracia precisa disso. Queremos jovens que participe agora. Vocês estarão amanhã ocupando os espaços deixados por nós", afirmou. A professora Jeanine Nahas Donatello, do colégio de Palhoça, enfatiza que os jovens precisam ter uma visão correta do que é política e que sintam a responsabilidade na hora de escolher os candidatos que os representarão. É essa

responsabilidade que preocupa a estudante Charlene Pedrosa, 16 anos, da mesma escola. Mais do que votar, ela quer saber quais as obrigações dos eleitos e entender os termos políticos.

Os alunos participantes do projeto "Educação para a Cidadania: Construindo um Novo Olhar" são monitorados por acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (Cesusc), parceiros deste projeto piloto.

A próxima palestra do projeto será sobre "A composição e atribuições da Assembléia Legislativa", dia 24 de agosto, às 14 horas, no auditório Antonieta de Barros. As inscrições, abertas ao público, são gratuitas e podem ser feitas pelo site www.alesc.sc.gov.br/escola, pelo telefone (48)3221-2828 ou no próprio local.

Legislativo recebe comitiva do Sul

Uma comitiva formada por representantes de entidades do Sul catarinense esteve no dia 8 na Assembléia Legislativa para encontro com os deputados que representam a região. O objetivo do grupo era a reestruturação do Fórum de Desenvolvimento Regional, com vistas à retomada da luta por reivindicações antigas, como a construção de um aeroporto, a adequação do Porto de Imbituba, a construção de uma via expressa e do contorno viário de Criciúma.

Conforme o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), reuniões deste grupo já vinham acontecendo informalmente e

agora estão sendo formalizadas. A próxima acontecerá ainda este mês, em Criciúma. "As propostas são boas e fundamentais para a infra-estrutura do estado", disse.

O presidente do Clube dos Dirigentes Lojistas de Criciúma, Henrique Vargas, falou sobre a necessidade da implantação de um cronograma e da criação de grupos de trabalho formados por deputados. Para o presidente da Associação Empresarial de Criciúma (ACIC), Edilando Moraes, os encontros servirão para resolver problemas de toda a região e não apenas obras individualizadas.

O deputado Manoel Mota,

líder do PMDB, sugeriu que se empenhem forças em uma determinada obra para que esta seja concretizada. Seu colega de Parlamento, deputado Valmir Comin (PP), mencionou a importância da participação dos deputados federais da região nas próximas reuniões.

Para Décio Góes (PT), a construção doanel viário e da via expressa, em Criciúma, são as obras prioritárias. Também participou do encontro o presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec), prefeito de Lauro Müller, Nestor Sprícigo, e o diretor-geral da entidade Eno Steiner.



CONHEÇA O
LEGISLATIVO

COORDENADORIA DE INFORMÁTICA

Criada em 1992 com a finalidade inicial de aglutinar o gerenciamento de toda a tecnologia da Casa, a Coordenadoria de Informática está subordinada à Diretoria Administrativa e de Tecnologia. Nesse período se caracterizou não só pelo desenvolvimento de novos sistemas e projetos da tecnologia da informação, mas também pela manutenção da rede de equipamentos de informática e pela rede lógica (física) da Assembléia. Isso permite interligar todos os computadores da Casa garantindo que os sistemas façam a interação inteligente de todos os equipamentos e serviços desenvolvidos em cada setor.

São diversas as atividades distribuídas entre as Gerências de Manutenção e Suporte e de Projetos e Desenvolvimento. À primeira, entre outras funções, cabe prover a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e periféricos de informática nas unidades da Assembléia Legislativa; manter a segurança operacional da rede de computadores; e desenvolver, homologar, sugerir e especificar aquisição de equipamentos e ou softwares para o bom desempenho do ambiente de rede. Também é de responsabilidade desta gerência projetar e executar o desenvolvimento, implantação e manutenção preventiva e corretiva das páginas estáticas e dinâmicas para a internet/intranet; executar controle estatístico da ocorrência de problemas em equipamentos, visando orientar futuras aquisições e cumprir as recomendações e determinações contidas no plano de segurança da informação elaborado pela Coordenadoria de Informática.

Já a Gerência de Projetos e desenvolvimento responde pela pesquisa e avaliação de novas tecnologias, de forma a aprimorar os recursos tecnológicos. Atua também como fator de integração divulgando os projetos e dando suporte a todos os eventos realizados pela Casa. Desenvolve programas de melhorias dos sistemas, objetivando a racionalização dos mesmos e levantando as necessidades internas de treinamento para a melhor aplicação das tecnologias propostas; projeta, elabora, implanta e gerencia os bancos de dados; promove ações que orientam o usuário acerca do correto uso da tecnologia; participa das definições técnicas para aquisição de novos equipamentos. Também é de competência da Gerência de Projetos a manutenção e prestar suporte técnico nos equipamentos; orientar sobre investimentos em bens de informática; promover a capacitação e atualização técnica das pessoas que trabalham na área de informática e que dela se utilizam.

Nestes 15 anos, esclarece o Coordenador da Informática, Raul José Lummerz Filho, a Assembléia passou por três grandes etapas na administração tecnológica: Criação da primeira rede que interligou os setores de informática, taquigrafia e coordenadoria de publicação; reunião de toda a rede de conexão dos micros em um único painel de controle; e aquisição de novos servidores de rede com a finalidade de propiciar o acesso a todos os sistemas informatizados da Casa juntamente com a nova rede lógica. "A vantagem é a solidez, rapidez, segurança, facilidade do tráfego de informação", comenta Raul Lummerz. Outro ponto positivo é o sucesso do sistema Proclégis, desenvolvido pela coordenadoria de informática. Este sistema gerencia e ordena a tramitação de todas as proposições da Casa, integrando setores como Diretoria Parlamentar, Comissões e Expediente que antes faziam este serviço manualmente. A iniciativa deu certo e o Proclégis está sendo solicitado à Assembléia por outras casas legislativas.

Fonte: Coordenadoria de Informática

INSTITUCIONAL

Entrevista/Deputado Jailson Lima (PT)

“Democracia exige participação direta”

Criada em 2004, a Comissão de Legislação Participativa tem na presidência o deputado Jailson Lima. Nesta entrevista exclusiva, ele fala do esforço para envolver as câmaras de vereadores nesse processo



Carlos Kilian

Este foi um grande avanço na relação parlamento/sociedade, sem dúvida, mas ainda precisamos aperfeiçoar o diálogo, através da maior divulgação da existência deste caminho.

AL Notícias – Qual a maior prioridade nesta comissão e qual a evolução observada em comparação às legislaturas anteriores?

Jailson Lima – Não posso destacar uma prioridade, pois todos os assuntos em pauta são muito importantes. Estamos procurando o trabalho em conjunto, também com os vereadores, para que a população tenha a sua vez, possa ter o direito de voz e atendimento em suas sugestões.

AL Notícias - O que a comissão está debatendo neste momento e quais pleitos já foram atendidos?

Jailson Lima - Dois temas principais estão na nossa pauta desde que assumimos a presidência da Comissão de Legislação Participativa, no começo do primeiro semestre: o fim do nepotismo e da pensão vitalícia paga a ex-governadores. Temos levado o debate sobre a questão para discussão direta com a população em audiências realizadas em diversas cidades do estado. Já discutimos as duas questões em Rio do Sul, São Miguel do Oeste, Concórdia e Chapecó e pretendemos levá-las a

outras cidades neste segundo semestre. Outro assunto que está sendo discutido no âmbito da comissão é a defesa da reestatização da Vale do Rio Doce, questão que iremos aprofundar. Uma audiência pública sobre o assunto foi realizada em junho em Florianópolis e pretendemos realizar novos debates nas cidades pólo.

AL Notícias - Como é presidir uma Comissão que atende diretamente as reivindicações da sociedade?

Jailson Lima - A verdadeira democracia não pode prescindir da participação direta da população na solução de seus problemas e na busca por desenvolvimento e melhores condições de vida em todos os aspectos: cultural, econômico, ambiental, educacional, na área da saúde, enfim. Basta lembrarmos que a Assembléia Legislativa recentemente realizou as audiências referentes ao Orçamento Regionalizado, obrigatoriedade constitucional instituída através de proposta do atual deputado federal Carlito Merss (PT) em 1997, quando este estava cumprindo mandato no legislativo estadual. Em síntese, estou “em casa” na comissão.

AL Notícias - Qual o nível de participação dos catarinenses no que tange ao trabalho da Comissão?

Jailson Lima - Há necessidade de divulgar a existência da comissão para ampliarmos a participação. Por isso, vamos iniciar em setembro um trabalho conjunto com os vereadores, como falei anteriormente. Através da União de Vereadores de cada região do estado queremos mobilizar os legislativos municipais para que as câmaras municipais instituem as suas comissões de Legislação Participativa. Os legisladores municipais têm um contato mais constante e direto com os diversos segmentos locais da sociedade organizada e muitas questões podem ser encaminhadas em nível municipal.

AL Notícias - Como isso se daria?

Jailson Lima - As comissões municipais funcionariam como agregadoras e multiplicadoras na discussão e encaminhamento correto das reivindicações. Ainda com relação à necessidade da Comissão de Legislação Participativa da Assembléia fazer-se conhecer, vamos lançar a segunda edição da Cartilha da Comissão – a primeira foi lançada em 2006 quando o presidente da Comissão era o ex-deputado Paulo Eccel (PT) -, para esclarecer e mostrar este caminho reivindicatório às associações, organizações não-governamentais e outras agremiações espalhadas por todo o estado.

Denise Arruda Bortolon

AL Notícias - Cabe a esta comissão receber as pautas reivindicatórias, bem como sugestões da população. De que forma ela pode atender a estes pleitos?

Jailson Lima - A Comissão de Legislação Participativa, criada em 2004, abriu um caminho mais eficaz às propostas, sugestões e reivindicações de associações, entidades, orga-

nizações e movimentos sociais, encurtando o caminho entre o Legislativo estadual e a sociedade catarinense. Ou seja, através dela, qualquer segmento organizado da sociedade civil - com exceção de partidos políticos - tem garantida da apreciação e discussão de suas reivindicações específicas e o devido trâmite, com a análise pelos parlamentares, promoção de audiências públicas, debates e sua transformação em lei, quando couber.

Saiba mais

Nome: Jailson Lima da Lima

Idade: 49

Natural: Siderópolis/SC

Partido: Partido dos Trabalhadores - PT

Região do estado que representa: Alto Vale do Itajaí

Atividade: Médico (clínica médica, reumatologia e medicina do trabalho)

Legislaturas: Prefeito de Rio do Sul entre os anos de 2000 e 2004, com 15.012 votos. Foi eleito deputado estadual em 2006 com 24.778 votos.

Comissão de Legislação Participativa

Presidente: Jailson Lima (PT)

Vice-presidente: Odete de Jesus (PRB)

Membros: Darci de Matos (DEM), Genésio Goulart e Herneus de Nadal (PMDB), Jandir Bellini (PP), Jorginho Mello (PSDB).

Chefe de secretaria da Comissão: Martha Gonzaga Curial

Reuniões: Terças-feiras, às 9 horas

E-mail: clp@alesc.sc.gov.br

Telefone: 32212967

Localização: Térreo

Cabe à Comissão de Legislação Participativa exercer sua função legislativa e fiscalizadora com referência a:

Sugestões de iniciativa legislativa apresentada por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos; e

Pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de quaisquer das entidades mencionadas no inciso I.

As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer favorável da Comissão de Legislação Participativa serão transformadas em proposição de autoria desta e encaminhadas à Mesa para tramitação.

As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer desfavorável da Comissão de Legislação Participativa serão encaminhadas ao arquivo.

As demais formas de participação recebidas pela Comissão de Legislação Participativa serão encaminhadas à Mesa para o trâmite regimental.

Prestes a ser votada, reforma política ainda gera polêmica

Cientista político Eduardo Guerini afirma que sociedade não está contemplada no texto do Projeto de Lei em tramitação

Rodrigo Viegas

A Câmara Federal aprovou no dia 9 um requerimento do PSDB, PTB, DEM, PR e PT que solicitou a retirada de pauta do Projeto de Lei n.º 1210/07, que trata da reforma política, e do Projeto de Lei Complementar 35/07, que institui a fidelidade partidária. Divergências entre os partidos já haviam adiado a votação no dia 8.

Um acordo para votação de duas emendas aglutinativas sobre financiamento de campanhas e a realização de um plebiscito sobre a adoção do sistema distrital ainda foi tentado, mas não houve consenso. A votação do projeto foi adiada para a próxima semana já que os parlamentares afirmam que está incompleta.

As mudanças que levam à reforma política não são novidade. Desde a aprovação da Constituição Brasileira de 1988, mais de 150 propostas têm como objetivo fazer alterações em relação às coligações eleitorais, cláusula de barreira, cotas, fidelidade partidária, financiamento público de campanha, sistema eleitoral, pesquisas e vários outros assuntos.

A Câmara Federal analisa agora o

Projeto de Lei 1210/07, do deputado federal Regis de Oliveira (PSC/SP), que substitui as centenas de propostas que tratam do assunto e foram rejeitadas em Plenário. O texto é idêntico ao substitutivo aprovado pela Comissão Especial da Reforma política, na qual o deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO) foi relator.

A substituição das antigas propostas sobre a reforma política pelo PL 1210/07 foi acertada pelos líderes partidários no final do mês de maio. Na prática, a mudança transfere para a Câmara a autoria da reforma, uma vez que o projeto principal (PL 8039/86), do conjunto de propostas rejeitadas, era do Senado. Com a nova tramitação, mesmo que o Senado (onde será votada em seguida) modifique o texto aprovado na Câmara, as mudanças terão que ser confirmadas pelos deputados federais antes de a proposta ser enviada para sanção presidencial.

O projeto tramita em regime de urgência, o que permite a análise diretamente pelo Plenário, sem passar pelas comissões pertinentes: Finanças e Tributação; Constituição e Justiça; e Cidadania.

Na avaliação do professor e cientista político Eduardo Guerini, "a questão da reforma faz parte de um



Jonas Lemos Campos

Assunto é complexo e mudanças propostas pelo PL 1210/07 ainda não foram bem entendidas pela população

corolário de mudanças almejadas no processo de transição democrática, embora hoje restrinja-se a mudanças no âmbito partidário". Ele observa que a reforma política deve-

ria contemplar aspectos derivados da crise de representação dos partidos no cenário político brasileiro da atualidade. E afirma: "A solução proposta pelos representantes

populares afastou-se dos anseios gerais da sociedade, mas diversas classes sociais, sejam trabalhadores ou empresários, classes subalternas ou elites".

A opinião dos líderes

O PT marcou posição desde o princípio da discussão. Agora aprovamos uma resolução no 3º Congresso, em Santa Catarina, que propõe a convocação de uma Constituinte Exclusiva para a reforma política. Algumas alterações, como a fidelidade partidária, são imprescindíveis, porque o troca-troca de partidos é um troca-troca de favores. A fidelidade é necessária para evitar que a política seja um balcão de negócios. Não acredito que a configuração política e eleitoral atual responda aos interesses que a população tem, tornar o processo mais claro e valorizar a ética na política. É hora da população se apropriar da discussão. É hora de um debate mais aprofundado.

Deputado Padre Pedro Baldissera, líder da bancada do PT

O voto em lista é correto, mas o Brasil não está preparado para adotar essa estrutura porque as instituições partidárias são fracas. Para chegarmos a situação de aprovar o voto em

lista, temos de passar por uma fase intermediária que seria o voto distrital misto. Em relação ao financiamento de campanha com recursos públicos sou favorável. Temos de acabar com o poderio econômico bancando candidaturas. Isso gera situações em que o eleito pode acabar exercendo o mandato em benefício de poucos.

Sobre a cláusula de barreiras também tenho posicionamento favorável, temos de acabar com os partidos de aluguel.

Deputado Marcos Vieira, líder da bancada do PSDB

Sou radicalmente contra a lista pré-ordenada. Ela acabaria com a democracia no Brasil. Sou favorável em 100% a uma reforma política total e o financiamento de campanha está inserido nisso. Não podemos aceitar uma meia-sola. Temos que redefinir tudo. E, com relação à cláusula de barreiras, sou contra. Meu partido teve que incorporar o PAN por que faltavam 0,07 pontos para alcançar a cláusula. Depois, isso caiu por terra e não precisava mais. Isso traduz a insegurança total que ocorre no país pela falta de definições.

Deputado Narcizo Parisotto, líder da bancada do PTB

Sou favorável à realização de uma ampla reforma política no país. Somente desta forma teremos nosso regime democrático cada vez mais fortalecido. Em relação ao financiamento público de campanha, sou inteiramente favorável, pois acabaremos com o abuso do poder econômico que domina o quadro político no Brasil. A cláusula de barreira se mostra uma atitude sensata. Desta maneira conseguiríamos acabar com os partidos oportunistas, muitas vezes utilizados como moeda de troca.

Outra iniciativa interessante é a lista fechada, que garantiria a manutenção dos eleitos em seus partidos de origem. Com esta iniciativa, estaríamos preservando as estruturas partidárias e garantindo a fidelidade nas agremiações. Não existe democracia consistente com partidos políticos fracos.

Deputado Manoel Mota, líder da bancada do PMDB



O voto em lista, já adotado em vários outros países, é um caminho democrático e estável. Já o financiamento público para as campanhas eleitorais só se justifica se a votação for em lista. Da forma como está, não funciona. O caso da cláusula de barreiras fortalece os partidos e é a base da democracia.

Deputado Gelson Merisio, líder da bancada do DEM

Não concordo com o sistema de lista, pois o eleitor tem que ser respeitado na sua vontade de votar no candidato que ele conhece e sabe onde mora. Como o eleitor cobraria do partido, que tem uma estrutura ampla e mais complexa? O candidato é mais próximo do eleitor. Sobre o financiamento público de campanha seria uma indignidade em nosso país, que já não tem recursos para investir na educação, segurança pública e saúde. Já temos normas, mas falta eficácia na fiscalização e na punição dos gastos irregulares nas campanhas eleitorais. Já a cláusula de barreira é uma forma de cerceamento da liberdade política e de escolha, que é inerente ao cidadão. Quem gostaria de viver sob uma legenda que não representa sua opinião?

Deputada Odete de Jesus, líder da bancada do PRB

Sou a favor da reforma política, mas eu entendo que muito do que está sendo discutido não será aprovado. E que pouco será mudado. Sei que falta muito para ser discutido e que em dois meses não vai dar tempo para muita coisa.

Sou a favor da lista preordenada e do financiamento público, que vai agir como forma maior de controle. Já em relação à cláusula de barreiras, o partido do PPS acha que é uma oportunidade dos pequenos partidos proliferarem.

O importante é que um item não precisa ser discutido pelo partido: a fidelidade interna partidária. O PPS é um partido integro.

Deputado Sérgio Grand, líder da bancada do PPS

A lista preordenada suprimiria mais um direito do eleitor. Apenas os dirigentes partidários seriam eleitos, pois ficariam sempre no topo da lista. O financiamento público é importante para garantir concorrência em pé de igualdade. Mas, se não for cobido o caixa-dois, a classe empresarial vai continuar financiando os políticos e determinando a vontade do poder das instituições do Estado. Se a cláusula de barreira fosse apenas para impedir a existência e proliferação de partidos de aluguel seria um mecanismo importante. Meu temor é que



impeça a existência ou surgimento de partidos de esquerda, de contestação da ordem atualmente dominante.

Deputado Sargento Amauri Soares, líder da bancada do PDT

Defendemos a proposta de uma reforma política. Entre as premissas centrais da reforma, duas são basilares: a fidelidade partidária e o financiamento público. Não houvesse a lamentável troca-troca de siglas, o político teria o mínimo de comprometimento e responsabilidade para com o voto dado pelo eleitor. Quanto ao financiamento público: somente com transparência, de quem realmente dá suporte financeiro às campanhas, é que podemos ter um processo eleitoral "limpo" e seguro. Ganharíamos todos, especialmente a democracia.

Deputado Kennedy Nunes, líder da bancada do PP

O debate sobre a reforma política se intensifica em três pontos:

Listas Preordenadas

Se aprovada, os eleitores não mais elegerão individualmente seus candidatos a vereador, deputado estadual e federal, mas votarão em listas previamente ordenadas pelos partidos. A distribuição de cadeiras seria semelhante ao que ocorre hoje: cada partido continuaria recebendo o número de lugares que lhe corresponde pela proporção de votos que obtidos. Assim, se um partido tem direito a oito cadeiras, entram os oito primeiros colocados da lista daquela sigla.

O voto em lista fechada é adotado em vários países sob o regime democrático. Na América Latina, por exemplo, Argentina, Chile, Uruguai, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e República Dominicana já usam esse sistema. Outros países que o adotam são Portugal, Espanha, Noruega, Turquia, Bulgária, Romênia, África do Sul e Israel.

Há também a variante da lista fechada, mas flexível, que permite ao eleitor conferir um voto pessoal numa lista preordenada, com vista a melhorar a posição de um candidato na sequência de nomes.

A vantagem da lista é o fato do voto ser dado ao partido e não ao candidato, método eficaz para fortalecer a identidade partidária em meio ao eleitorado. Os primeiros

lugares serão ocupados pelos líderes, aqueles que mais visivelmente encarnam a imagem do partido.

Como a lista preordenada espelha uma organização - o partido - e organização significa hierarquia, surge a objeção mais comum aos sistemas que a adotam: a de oligarquização da vida partidária. Os candidatos competiriam pelo voto dos convencionais. O resultado dessa disputa é que vai determinar a posição dos nomes na lista.

Para Antônio Flávio Testa, pesquisador de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB), antropólogo, sociólogo e cientista político, mestre e doutor em Sociologia, "os procedimentos para a definição da ordem dos candidatos na lista mostram-se algo incompatíveis com a solidez e coerência partidária ideal. O individualismo político que hoje existe vai, simplesmente, mudar de local, passando para as convenções partidárias que definirão as mesmas".

A proposta da lista preordenada já foi rejeitada, em primeira análise, na Câmara dos Deputados. Agora, ela será avaliada no Senado e depois voltará para a Câmara. A posição dos senadores pode, ou não, interferir na decisão dos deputados. Nesse caso específico, é deles a última palavra.

Cláusula de Barreiras

A nova proposta de reforma partidária resgata a cláusula de barreira. Agora, limita o funcionamento parlamentar, em todas as casas legislativas, apenas às legendas que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtiverem o apoio de, no mínimo, 2% dos votos apurados nacionalmente - não computados os brancos e nulos -, distribuídos em, pelo menos, 1/3 dos estados e que eleja ao menos um representante em cinco desses estados.

No fim de 2006, o STF derrubou a antiga cláusula de barreira por considerar que a restrição aos partidos é incompatível com o artigo 17 da Constituição, que assegura a "livre criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana". Mudança nesse sentido, definiu o STF na ocasião, deveria ser feita por emenda constitucional.

Para amenizar a resistência dos partidos menores, o novo projeto autoriza a instituição de federações partidárias para efeito de enquadramento à cláusula de barreira. Esta funcionaria como agremiação partidária até quatro meses antes de cada eleição. Durante três anos, as legendas federadas deixam de atuar isoladamente e passam a agir como se fossem um único partido. Hoje, quando há coligação, esta pode

ser desfeita logo após a eleição.

Muitas são as diferenças ideológicas dos partidos, mas para Antônio Testa um ponto em comum deveria estar inerente a todos os partidos políticos e sua estrutura organizacional: a busca por um projeto de nação. Segundo ele, "os partidos brasileiros possuem projeto de poder que carece de projeto de governo".

Alberto Neves



Pedro e Antônio Flávio estiveram na Assembléia falando sobre o tema

Financiamento Público

O Projeto de Lei 1210/07 estabelece o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Com isso, prevê que, em ano eleitoral, a lei orçamentária inclua dotação, em rubrica própria, de valor equivalente ao número de eleitores do país, multiplicado por R\$ 7,00, tomando-se por referência o eleitorado existente em 31 de dezembro do ano anterior à lei orçamentária.

Caberá ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a distribuição dos recursos às direções nacionais dos partidos num prazo de dez dias contados da data do depósito dos recursos em conta especial a ser aberta no Banco do Brasil. Os critérios propostos são os seguintes:

- 1% dividido igualmente entre todos os partidos registrados no TSE;

- 14% divididos igualmente entre os partidos e federações com representação na Câmara dos Deputados;

- 85% divididos entre os partidos proporcionalmente ao número de representantes que elegeram na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

A aplicação dos recursos pelos partidos, internamente, também deverá respeitar alguns critérios, como a existência de candidato próprio à Presidência

da República. Já a fiscalização por parte da Justiça Eleitoral será simplificada, pois deixará de analisar milhares de prestações de contas produzidas por todos os candidatos, e passará a examinar as contas dos partidos.

Segundo Pedro Decomain, promotor público e especialista em Direito Eleitoral, o financiamento público só terá sentido se utilizar grandes recursos, que possam subsidiar totalmente as campanhas sem a necessidade de impulso privado.

"Mas como fazer isso com 28 partidos políticos para serem subsidiados?", questiona. "Baratear as campanhas é uma opção real. Talvez seja hora de suprimir o horário eleitoral gratuito na TV. O custo cairia pela metade ou menos e os candidatos voltariam a sentir a necessidade de aproximação com o eleitor, coisa que só acontece em eleições municipais de pequenas cidades."

Docamain foi enfático ao dizer que são dois os problemas: "No sistema atual não se tem como controlar o dinheiro que entra no caixa das campanhas. Com o financiamento público corre-se o risco de não se ter controle sobre o dinheiro que sai".

Amyr Klink fala sobre aquecimento global no *O Brasil em Debate*

Experiências de viagem são transformadas em livros e palestras como a que ocorrerá no dia 15 na Assembléia

O programa *O Brasil em Debate*, na Assembléia Legislativa, uma iniciativa do Parlamento Catarinense com apoio do Sindicato dos Jornalistas e da Associação Catarinense de Imprensa, possibilita mais uma vez a presença de grande personalidade nacional. A quarta palestra do programa será proferida pelo navegador Amyr Klink com o tema "Aquecimento Global", no dia 15 de agosto, às 19 horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros. As vagas estão esgotadas, mas a palestra poderá ser acompanhada pela Rádio Alesc Digital e pela TV AL (exceto para Florianópolis). A programação dos dois veículos está acessível no site da www.alesc.sc.gov.br.

Determinação e disciplina são palavras que definem bem o comandante das embarcações mundo a fora. Nascido em São Paulo, em 25 de setembro de 1955, de pai libanês e mãe sueca, aos dois anos começou a freqüentar a região de Paraty (RJ) com a família, onde descobriu a paixão por mapas antigos e histórias de exploradores marítimos.

Formado em Economia (USP), Amyr Klink costuma dizer que suas viagens não são aventuras, mas resultado de um planejamento cuidadoso. Seu primeiro grande feito foi a travessia solitária do Atlântico Sul num barco a remo, em 1984, experiência contada no livro "Cem dias entre céu e mar".

As experiências que acumula a cada viagem e o aprendizado que tira das situações que enfrenta são compartilhados em palestras e seminários sobre planejamento estratégico, gerenciamento de risco, qualidade e trabalho em equipe.

O Brasil em Debate, que teve início em abril com a palestra do jornalista Caco Barcellos, também já recebeu a romancista Lya Luft e o esportista Lars Graell, promove discussões mensais com expoentes do pensamento nacional para debater com a população os principais assuntos que preocupam o estado e o país. Os encontros são gratuitos e as vagas, limitadas.



Gente de expressão e palestras de conteúdo

O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa já trouxe diversas personalidades.

Neste mês, Amyr Klink com o tema "aquecimento global".

Dia 15/08 às 19h, no auditório Antonieta de Barros.

Transmissão ao vivo pela TVAL (exceto para Florianópolis) e pela Rádio ALESC Digital - www.alesc.sc.gov.br

ASSEMBLÉIA
Cada dia mais presente na sua vida



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GERAL

Educação ambiental volta a ser tema de debate no Legislativo

Deputado alemão Johannes Gerlach disse que em apenas um século o homem alterou o clima estabelecido há 100 mil anos



Eduardo Guedes de Oliveira

Gerlach, Góes e Passos destacaram potencial do Brasil em energias renováveis

Educação ambiental para um futuro melhor. Foi assim que o palestrante Johannes Gerlach, deputado do Estado Livre da Saxônia, Alemanha, iniciou sua palestra na noite do dia 7, no Plenarinho Paulo Stuart Wright. A proposta era apresentar como o governo, sociedade civil organizada e famílias da Alemanha estão conseguindo promover a educação ambiental nas escolas.

O presidente do Instituto para o Desenvolvimento de Energias Renováveis na América Latina (Ideal), ex-deputado federal Mauro Passos (PT), afirmou que o grande desafio deste século é o de descobrir quais as fontes de energia irão mover a humanidade no futuro. "A educação é a base do sucesso da luta ambientalista, por isso a sua importância." O deputa-

do Décio Góes (PT), presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia, aposta no potencial catarinense e brasileiro. "É preciso avançar no debate e acima de tudo em legislações que ampliem as oportunidades para educação ambiental", falou.

Johannes começou sua apresentação dizendo que sem consciência ambiental não há qualidade de vida. "Em 100 anos o homem alterou um clima que demorou mais de 100 mil anos para se estabelecer. Temos que nos preocupar e cuidar mais daquilo que nos garante a vida", falou. Segundo ele, o Brasil tem grande potencial no que diz respeito à energia renovável e tem que, cada vez mais, mostrar preocupação com o assunto, processo que começou há somente

30 anos em seu país.

O objetivo dessa formação sobre o assunto é estimular um engajamento ativo com vista à preservação ambiental. Até hoje, a Alemanha já gerou mais de 200 mil empregos na área de preservação e aprendizagem. O palestrante também defendeu a maior participação do cidadão nos debates sobre o tema e afirmou que a educação ambiental é primordial para o futuro de um país. "Se um dia um aluno no Brasil amasse a natureza como ama o futebol, o país não necessitaria da minha apresentação", finalizou.

Estavam presentes na palestra os deputados Pedro Uczai, Jailson Lima e Dirceu Dresch (PT), Professor Sérgio Grandó (PPS) e Renato Hinnig (PMDB).

Código do Consumidor deve estar disponível em estabelecimentos

Por unanimidade, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB), aprovou o Projeto de Lei 37/07, do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores de produtos e serviços atuantes no estado, de

disponibilizar ao público exemplar atualizado do Código de Defesa do Consumidor. A justificativa da matéria é facilitar a consulta quando da existência de dúvidas sobre os direitos do consumidor.

Também foi aprovado o Projeto de Lei 202/07, do deputado Elizeu Mattos (PMDB), que trata da inclusão de informações e procedimen-

tos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, prevista em lei, paga pelo seguro obrigatório (DPVAT). O deputado Serafim Venzon (PSDB) defendeu o mérito do projeto, afirmando que "o DPVAT foge do seu compromisso de atendimento às vítimas" e que o seguro é um direito do cidadão.

Finanças vai promover audiência pública sobre projeto do Serasa e SPC

Durante a reunião da Comissão de Finanças e Tributação realizada no dia 8, sob a presidência do deputado Jorginho Mello (PSDB), o deputado Manoel Mota (PMDB) propôs a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 151/07, de autoria do deputado José Natal Pereira (PSDB). O projeto propõe que o Serasa, o SPC e quaisquer outros órgãos de cadastros negativos sejam obrigados a comunicar ao consumidor, por carta registrada com AR (aviso de recebimento), quando da negação do seu nome.

O parecer apresentado pelo deputado Jandir Bellini (PP) acata a



Alberto Neves

Comunicação de registro em lista negativa poderá ser feita pelo correio

emenda modificativa do deputado Onofre Agostini (DEM), que retira do projeto o AR. O deputado Mota

disse que o assunto é complexo e que é preciso chamar para o debate a Federação de Lojistas.

Parlamentares pedem instalação de CPI da CASAN

No dia 8 foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apuração de denúncias contra a administração da Casan. O requerimento solicitando a CPI foi assinado por 14 parlamentares. Além dos deputados do PP e do PT, firmaram o documento a deputada Odete de Jesus (PRB) e o deputado Clésio Salvaro (PSDB), cuja decisão causou desconforto na base do governo, da qual faz parte.

Após publicação no Diário da Assembléia, o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), apresentará a proporcionalidade, ou seja, quantos membros da CPI cabem a cada partido político. O prazo de duas sessões para que os líderes partidários indiquem os integrantes da comissão está aberto desde o dia 8. O requerimento da CPI foi aprovado com prazo de 60 dias, prorrogáveis. Será composta por sete deputados, de acordo com a proporcionalidade.

A decisão dos deputados foi explicada em entrevista coletiva à imprensa como parte do papel fiscalizador do Parlamento. Participaram da coletiva os deputados Dirceu Dresch, Jailson Lima, Pedro

Uczai e Décio Góes (PT), Joares Ponticelli e Valmir Comin (PP) e Odete de Jesus.

De acordo com Ponticelli, as denúncias vão desde equívocos na gestão em contratos firmados, na prestação de serviços e na compra de materiais e equipamentos, até a criação de cargos com altos salários sem justificativa. Ainda há uma notícia-crime que tramita na Comarca de Rio do Campo sobre suposto aliciamento de eleitores.

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), vê com tranquilidade a aprovação do requerimento da CPI. Para ele, este é um instrumento constitucional que permite a fiscalização dos atos do governo por parte dos partidos da oposição. "A minha preocupação é que, ao invés de investigar o objeto da CPI, se transforme em uma briga de oposição versus situação."

Em plenário, o deputado Marcos Vieira (PSDB) pediu que Salvaro retirasse sua assinatura do documento e frisou que a decisão de seu colega de partido "individual e em desacordo com o sentimento reinante na bancada".

PLENÁRIO

Executivo obtém a aprovação de duas MPs

As Medidas Provisórias 135 e 137/07 tratam do Prodec, do Fadesc, do Programa Pró-Emprego e SC Parcerias

Eduardo Guedes de Oliveira

A Assembléia Legislativa debateu, votou e aprovou duas Medidas Provisórias encaminhadas pelo Executivo. A MP 135/07 foi aprovada no dia 1º e altera as leis nº 13.342/05 - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec) e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (Fadesc) - e nº 13.992/07 - institui o Programa Pró-Emprego.

A outra MP, 137/07, foi aprovada no dia 8 e autoriza a transferência de créditos na ordem de R\$ 130 milhões do Prodec para a SC Parcerias, com capital social autorizado no valor de R\$ 1 bilhão. Nos dois casos, houve forte reação da bancada oposicionista quanto à rapidez imposta ao processo de análise e aprovação das matérias por parte do governo e da bancada de base. Com 30 dias para análise, as medidas tiveram seu trâmite acelerado para garantir o prazo estabelecido pelo regimento interno da Casa.

Para que a MP 135 pudesse ser discutida em reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação foi necessária a suspensão da sessão plenária já em curso. Presente à reunião, o secretário estadual do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, Jean Kuhlmann, fez uma breve explanação dos principais pontos da medida e destacou a importância de sua aprovação para Santa Catarina. "A melhor política social é a geração de emprego e renda. Para tanto, nada mais compatível do que incentivar a implantação de empresas em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)."

Na sequência, a MP 135 foi colocada em votação e aprovada por maioria, com uma abstenção e dois votos contrários, respectivamente dos deputados Joares Ponticelli (PP) Dirceu Dresch (PT) e Sargento Soares (PDT). Durante o debate em plenário, Ponticelli manifestou que "não é salutar para o processo democrático que o Poder Legis-

lativo fique excluído e não possa acrescentar nada relevante em matéria de tamanha importância". Dresch destacou a manifestação de contrariedade da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam) e o Sargento Soares foi ainda mais enfático: "As instituições estão sendo usadas como aparelhamento do setor empresarial."

Mais polêmica

O processo de aprovação da MP 137 foi ainda mais conturbado. Após as manifestações contundentes da bancada de oposição, o deputado Blasi assumiu a tribuna para responder o que rotulou de considerações equivocadas. A manifestação do líder do governo foi motivada pelo questionamento do deputado Pedro Uczai (PT) quanto ao prazo para apreciação das MPs. O petista disse que "a Constituição Federal determina para este tipo de matéria prazo de 60 dias para apreciação e não 30, como determina a Constituição Estadual".

Blasi rebateu afirmando que "medida provisória é uma alternativa democrática, submetida ao Parlamento, que tem soberania para aprovar ou rejeitar o conteúdo. Desde 1989 esta Casa tem se pautado pelo que diz a Constituição Estadual." Sobre o trâmite veloz da MP, o líder classificou de inverossímeis as afirmações. "A matéria chegou à Casa em 9 de julho e está presente na Ordem do Dia de hoje porque assim estabelece o regimento interno, caso contrário perderia sua validade. O procedimento tem embasamento constitucional". Para finalizar, Blasi destacou que o projeto cria "ênfase nas parcerias público-privadas, dando continuidade ao desenvolvimento do Estado".

Minutos antes do pleito, a bancada de oposição se retirou do plenário em protesto. A deputada Odete de Jesus (PRB) afirmou que "em repúdio à falta de respeito ao Legislativo se retirava da sessão".



Alguns deputados se manifestaram contrários à forma como matérias tramitaram na Casa e saíram em bloco

Foi acompanhada pelas bancadas do PT e PP. Em votação, o resultado foi de 25 votos a favor e nenhum contra.

Protestos

Após o término da votação, o deputado Décio Góes (PT) disse que o governo vem tomando para si atribuições que são da Assembléia: fiscalizar a administração, debater matérias e aprimorar projetos. "Esta é mais uma medida que concede ao governador um cheque em branco para utilizar dinheiro público sem prévio planejamento". Ponticelli classificou de inconstitucional o ocorrido, levantando suspeita em relação à não admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça. Em resposta, o presidente Julio Garcia (DEM) lembrou que "não havendo deliberação das comissões a MP vai à votação, sob pena de perda de prazo".

Admitida proposta que amplia licença-maternidade

A Assembléia Legislativa aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), apresentada pelo deputado Jailson Lima (PT) na sessão plenária do dia 8, que amplia o tempo de licença-maternidade de 120 para 180 dias para as servidoras públicas do estaduais. Para justificar a proposta, o deputado destacou que o aleitamento materno exclusivo durante os seis primeiros meses de vida da criança é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Sociedade Brasileira de Pediatria endossa que a amamentação não se presta apenas à nutrição. "A identi-

cação recíproca entre a mãe e seu bebê é fundamental para o desenvolvimento saudável da criança, em todos os sentidos", completou o deputado. Ele ressaltou também que o Brasil defende a recomendação da OMS enquanto política pública.

A PEC recebeu apoio de 20 parlamentares, o que garantiu sua admissibilidade. Para que uma proposta de emenda à Constituição Estadual possa iniciar sua tramitação na Casa, deve receber o apoio de 1/3 do total de deputados, o que corresponde a 14 assinaturas. Agora, a PEC nº 2/2007 vai para a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

Supersimples

A decisão do governo de proibir os micro e pequenos empresários catarinenses de usar os créditos do PIS, Cofins e ICMS, com a nova lei do Supersimples, foi criticada com veemência pelo deputado Serafim Venzon (PSDB). Segundo o parlamentar, a medida vai provocar "quebradeira geral". Disse que se a lei não for modificada vão ocorrer demissões e muitas empresas vão fechar suas portas.

CPMF

O deputado Dirceu Dresch (PT) defendeu a manutenção da cobrança da CPMF, por entender ser uma forma de combate à sonegação. O imposto que foi criado há 11 anos com o objetivo de financiar a saúde da população enfrenta algumas críticas sobre o seu destino final. Segundo ele, 50% do imposto está financiando a saúde, e o restante sendo revertido para outras necessidades sociais.

Maçã

Os produtores de maçã do Norte catarinense estão pleiteando junto ao Executivo recursos na ordem de R\$ 2,5 milhões para a aquisição de uma câmara fria e uma máquina de classificação da fruta. O apelo foi feito em plenário pelo deputado Silvio Dreveck (PP) que falou que mais de 150 hectares já foram plantados e os produtores necessitam dos equipamentos com urgência.

Energia

A redução de 5% na energia elétrica foi o motivo da comemoração do deputado Antônio Aguiar (PMDB). O índice determinado pela Aneel, atualiza as tarifas de fornecimento de energia para cobrir custos gerenciáveis e não gerenciáveis incorridos pela Celesc nos últimos 12 meses. Os consumidores residenciais perceberão impacto médio em suas contas de menos 5,26%.

Biogás

O aproveitamento de dejetos suínos como fonte de energia está sendo apresentado pelo deputado Pedro Uczai (PT), que já discutiu o assunto com representantes do setor. Segundo ele, duas questões estariam resolvidas: a demanda de energia elétrica e a poluição ambiental. Uczai propôs uma audiência pública, em Chapecó, para discutir o assunto da transformação dos dejetos em biogás.

Áreas de preservação podem tomar conta do Estado

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB), que no primeiro mandato do governador Luiz Henrique atuou como secretário da Agricultura, está preocupado com a criação de áreas de preservação e dos campos de altitude. Segundo o parlamentar, como Santa Catarina é um local privilegiado em sua geografia e mantém a atividade principal de grande produtor de alimentos, está sujeito a que a totalidade de seu território passe a figurar entre todos os tipos de leis de preservação, restringindo inúmeras atividades produtivas.

Sopelsa lembrou a Constituição Federal, capítulo 6, artigo 225, que determina tratamento especial ao meio ambiente, reafirmando a necessidade de mantê-lo equilibrado. Também citou a criação do bioma da Mata Atlântica, que ficou sendo discutido por 14 anos e teve aprovação em 22 de dezembro de 2006 na Lei nº 11.428, que trata da proteção de sua vegetação.

“Além disso, ainda temos outras leis de preservação, estudos e propostas de regulamentação, como por exemplo a discussão dos campos de altitude, cujo projeto, se for regulamentado, englobará metade da área de nosso Estado”, anunciou. O projeto dos campos de altitude prevê que as áreas com



Sopelsa: ameaça à produção

mais de 850 metros de altitude em relação ao nível do mar serão consideradas de preservação.

Segundo Sopelsa, que contou com apoio dos deputados Elizeu Matos (PMDB), e Jandir Belini (PP), Santa Catarina enfrentará problemas, pois praticamente dois terços do território, a partir de Bom Retiro em direção ao Oeste, serão enquadrados como campos de altitude. Os parlamentares perguntam como ficam os agricultores e produtores dos mais variados alimentos se não puderem utilizar suas propriedades da forma como utilizaram até agora e cuja tradição vem desde a chegada dos colonizadores.

O parlamentar lembrou que ainda temos as áreas indígenas,

as dos quilombolas e os parques ecológicos, que vão retirar 31.864 famílias de suas propriedades. Ele disse que não é contra a preservação do meio ambiente, mas que os deputados precisam se reunir para discutir o assunto.

Latifúndios

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) também está preocupado com a questão do meio ambiente, cujas leis para preservação irão afetar o setor produtivo. Ele está convidando os demais parlamentares para debater as leis existentes e as que podem ser aprovadas, ameaçando a existência de inúmeras atividades relacionadas com a de produção de alimentos. “Essa lei pode ser aplicada nas regiões centrais do Brasil, onde temos grandes latifúndios. Em nossas pequenas propriedades vai é inviabilizar a produção.”

Segundo o deputado, o Oeste catarinense é modelo na produção de alimentos e vai, com certeza, “experimentar um revés histórico” se algo não for feito. Por isso, quer encontrar um ponto de equilíbrio que permita a preservação do meio ambiente e a continuidade das atividades que garantem comida na mesa dos brasileiros.

Dresch comenta viagem à Província de Misiones

Ao ocupar a tribuna no dia 7, o deputado Dirceu Dresch (PT) lembrou de sua viagem à Província de Misiones, na Argentina, na primeira semana de agosto.

Participaram da caravana, segundo Dresch, o deputado Herneus de Nadal (PMDB), os deputados federais Celso Maldaner (PMDB/SC) e Claudio Vignatti

(PT/SC). Na ocasião, os parlamentares discutiram o andamento das obras de pavimentação da BR-282 entre São Miguel D'Oeste e a Ponte Internacional de Peperiguaçu, em Paraíso.

De acordo com o parlamentar, a conclusão da BR-282 até a fronteira com a Argentina irá transformar a rodovia no 1º corredor bioceânico da América Latina.

Contratos

Segundo o parlamentar, que esteve ontem em Itapiranga, Santa Helena, Paraíso e Iraceminha para assinatura de contratos do Plano Plurianual (PPA) entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e entidades representativas dos agricultores familiares, esse tipo de política com garantia de preço tem como consequência o desenvolvimento da economia local.



Dresch: desenvolvimento local

Pedágio no Estado gera polêmica

Radicalmente contra a implantação de pedágios nas estradas construídas com dinheiro público, o deputado Sargento Soares, líder do PDT, falou sobre a previsão de colocação de dez postos em território catarinense, na BR-101 e na BR-116.

“Somos contra o pedágio em qualquer estrada e apoiamos a campanha SC sem Pedágio. Dizer que estrada boa é aquela com pedágio é engano”, reclama o parlamentar. Ele perguntou por que não tem empresa interessada em assumir a BR-101 Sul, para fazer a obra e depois cobrar pedágio e tem empresa querendo o trecho norte para isso.

O deputado Darci de Matos (DEM), também de manifestou afirmando que a implantação do pedágio, apesar de ser uma “decisão consolidada” do governo federal, precisa ser analisada, tendo em vista que a maior parte da sociedade é contra essa medida.

[GABINETES]

POLÍCIA AMBIENTAL DESARMADA

Com a intenção de “banir no dia a dia o uso de armamentos por parte da Polícia Ambiental, o líder do Democratas na Assembléia, deputado Gelson Merísio, encaminhou indicação solicitando ao governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, que determine ao Comando Geral da Polícia Militar que proíba o uso de armas por parte desta corporação.

De acordo com Merísio, “o objetivo da indicação é banir a prática por entender que o uso de armamento não se faz necessário para a atividade desenvolvida pela polícia ambiental, que é de conscientização, apreensão e punição, bem como de defesa da natureza”. “A proibição do uso de armas só vem a reforçar que a polícia ambiental está para proteger e instruir os cidadãos da importância de nossa fauna e flora catarinense e não intimidar com armas os homens que estão degradando a natureza”, concluiu o parlamentar. (Cármen Leite Rovira, assessora de bancada do Democratas)

CONTRA O DESARMAMENTO

Já o deputado Sargento Soares (PDT) se posicionou contra a moção feita pelo líder do Democratas, deputado Gelson Merísio, que tem intenção de “banir no dia a dia o uso de armamentos por parte da Polícia Ambiental”. Ele acredita que a atividade econômica que coloca o lucro acima do meio ambiente acabará destruindo a qualidade de vida. Para frear esse processo é preciso estabelecer regras de uso do solo e dos cursos d'água. “A Polícia Ambiental existe para fazer cumprir tais regras, função que tem incomodado muita gente”. O parlamentar lembra o episódio ocorrido em 1999, onde um policial ambiental foi morto, em Palhoça, enquanto trabalhava. Na avaliação dele, a Polícia Ambiental tem feito um ótimo serviço e não há motivos para se preocupar com a questão do armamento. “Temos que trabalhar para fortalecer nossa instituição, e não o contrário” declara. (Kelen Oliveira, assessoria do deputado Sargento Soares)

HOMENAGEADO PELO PROJETO CRESCER

No dia 26 de julho aconteceu a cerimônia de conclusão da primeira turma do Projeto Crescer – Cidadania, Ética e Responsabilidade. O projeto, que tem como mantenedor o Instituto Brasileiro de Estudos Cooperativistas (Ibraec), foi fundado pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), um dos homenageados no evento, foi implantado em Itajaí em julho do ano passado e tem como principal meta promover subsídios para que o aluno descubra e desenvolva suas potencialidades. Foram 38 jovens que receberam certificado atestando qualificações para o mercado de trabalho. O grupo selecionado ao longo destes meses recebeu ensino de qualidade com aulas de administração, inglês, mandarim, informática, saúde e segurança do trabalho, vigilância sanitária, comportamento social, noções de pequeno empreendedor, noções de RH, técnicas de arquivamento, entre outros temas. Com a conclusão da primeira turma, já inicia o processo de seleção para as próximas turmas. (Danilo Coutinho, assessor do deputado Renato Hinnig)

FORÇA-TAREFA PARA O PRONAF EM SC

Representantes do Banco do Brasil estiveram na quarta-feira (08) no gabinete do deputado Jailson Lima (PT) para falar sobre o crédito fundiário em Santa Catarina. Na semana passada, o parlamentar cobrou, em discurso da tribuna do Plenário, a agilização da análise de 221 contratos de agricultores familiares no Estado e a conseqüente liberação dos recursos.

Os representantes do BB garantiram que a instituição está montando uma força-tarefa que ficará sediada em Curitiba (PR) somente para atender a demanda do Programa Nacional de Agricultura Familiar da Safra 2007/2008 (30/06/07 a 30/06/08) nos três estados do Sul. “São R\$ 700 milhões apenas para o Pronaf”, comemorou o parlamentar. No total, conforme as planilhas apresentadas, R\$ 1,3 bilhão foi liberado em todas as modalidades de crédito do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a Safra 2006/2007 em Santa Catarina. “É importante frisar que 90% disto foi destinado à agricultura familiar e aos pequenos produtores”, confirmou o deputado. (Mirela Maria Vieira, assessora do deputado Jailson Lima)

COMUNIDADE

Educação com base no cooperativismo

Escola de Concórdia cria mini-cidade para ensinar aos jovens cidadãos valores como ética e respeito

Suzana Couto Tancredo

Educação de qualidade associada ao trabalho cooperativista. Estes são os fatores que regem as atividades da Cooperativa Educacional Magna (Colégio CEM) que atua em Concórdia desde 1983.

Inaugurado em maio deste ano, o projeto da Mini Cidade envolve cerca de 360 alunos da educação infantil ao ensino médio do CEM, além de estudantes do interior do estado, visando, de acordo com a presidente da cooperativa e administradora do colégio, Elizeth Alves Pelegrini, divulgar de forma lúdica e prática conceitos de ética e cidadania. "Na mini cidade desenvolvemos projetos com as crianças com o intuito de despertar a consciência de suas responsabilidades estimulando os princípios do cooperativismo, assim como os direitos e deveres do cidadão", acrescenta.

Brincando de gente grande as crianças experimentam e aprendem ao mesmo tempo conceitos de associativismo e cooperação, para que no futuro ajam e contribuam como cidadãos responsá-

veis, conscientes e críticos.

Para a construção da mini cidade, que ocupa uma área de mil metros quadrados, foram investidos R\$ 37 mil, recursos do próprio CEM e de parceiros - (Olesc, SESCOOP, Copérdia, Sicoob, Credialc e prefeitura municipal). É composta por prefeitura, secretarias do meio ambiente e turismo, câmara de vereadores, banco, casa cultural, livroteca, centro de convenções, horta, praça, ruas e avenida com as devidas sinalizações de trânsito.

O exercício é completo. Em um processo eleitoral são escolhidos os representantes da cidade, com direito à campanha com apresentação de propostas. O prefeito e os vereadores, eleitos pelo voto secreto, são diplomados e recebem a posse de seus cargos em uma cerimônia especial. Antes, porém, os alunos estão envolvidos na escolha de um nome para a cidade, na elaboração do pórtico e na criação de seus símbolos oficiais, hino, selo, moeda, bandeira e o pórtico

Usando triciclos ou automóveis fictícios, as crianças aprendem no projeto Educação para o Trânsito,



No "centro da cidade" os estudantes aprendem brincando as regras de segurança no trânsito. Lição para a vida toda

como devem agir em um ambiente com ruas, calçadas para deficientes, placas limitando a velocidade, entre outros artefatos que fazem parte do dia a dia de uma cidade.

Já o projeto 100% Cientista é

voltado ao meio ambiente e tem como parceiros o curso de Engenharia Ambiental da Universidade do Contestado (UNC) e a ONG Associação Amigos da Natureza. Para conscientizar os alunos quanto a importância em se economizar os recursos hídricos, água da chuva é captada e utilizada na horta, no jardim e na lavagem de calçadas.

A concepção pedagógica que norteia esta proposta preocupa-se em oportunizar atividades do

cotidiano baseadas na interação humana baseadas na verdade, no respeito, na solidariedade, na responsabilidade, no senso crítico e na criatividade, para uma educação transformadora do ser humano e da coletividade em que está inserido. "O que buscamos é o enriquecimento dos dons de cada indivíduo pela aplicação do seu talento em atividades estimulantes e ampliadoras dos seus horizontes", explica Elizeth.



No Centro de Convenções e na Casa Cultural são realizadas atividades adequadas às diferentes faixas etárias

Princípios Cooperativistas

- Adesão voluntária e livre
- Gestão democrática
- Participação econômica dos membros
- Autonomia e independência
- Educação, formação e informação
- Intercooperação
- Interesse pela comunidade



CRIANÇAS DESAPARECIDAS



Beatriz Alves Baia
Nascida em 08/11/2001
Desaparecida em 20/04/2006
Cidade: Belo Horizonte - MG



Daniel Paulino Graciano
Nascido em 15/03/1996
Desaparecido em 28/05/2007
Cidade: Belo Horizonte - MG



Ana Paula Silva da Paixão
Nascida em 18/02/1992
Desaparecida em 17/01/2007
Cidade: Porto Alegre - RS



Maria Helena Fagundes de Souza
Nascida em 18/05/1994
Desaparecida em 30/04/2007
Cidade: Campo Bom - RS